Rio de Janeiro e de São Paulo não viabilizam as vendas gaúchas. Com efeito, apenas os produtores que necessitam com premência de capital de giro têm vendido seu produto. No estado, as cooperativas estão adquirindo o arroz por, em média, Cr$. . . 3.500,00/50 kg, com prazo de trinta dias. Este nível de preço é considerado baixo e supera ligeiramente o preço mínimo da safra, de Cr$ 3.228,30.

Uma forte razão para a morosidade da comercializaçao gaúcha é a indefinição quanto ao preço a ser pago pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz, em suas aquisições para a constituição dos estoques no estado. Não se sabe se o IRGA adquirirá a safra com um ágio de 10% ou 20% sobre o preço mínimo, nem se as condições de entrega do produto serão as mesmas que vigoraram na safra 1981/82. Segundo cálculos da Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul, o tipo 2,50 x 18, mais freqüente no estado, será comprado por Cr$ 3.551,14, caso o ágio seja de 10%, ou por Cr$ 3.878,07, na hipótese de ser autorizado pela SEAP o percentual de 20%. Conforme observação daquela entidade, porém, a formação do estoque do IRGA terá um efeito conjuntural, pois não é certa a permanência de uma comercialização tranqüila.

Evidentemente, o produtor será beneficiado com o ingresso do IRGA no mercado, de vez que receberá a vista pelo arroz, com um prazo de entrega a ser determinado. Pelo produto beneficiado, o Instituto pagaria, com 10% de ágio, Cr$ 9.634,50, pelo tipo 2, de grãos longos finos, com 16% de ICM ou Cr$ 10.021,50/60 kg, se conseguir a permissão para adotar os 20%.

É opinião geral no estado de que o início das compras da autarquia promoverá uma movimentação mais fluida da comercialização. Cabe atentar, porém, para a insuficiência do novo patamar dos preços, no que diz respeito a seu papel como estímulo ao plantio do cereal. O Quadro 2, elaborado pela Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Sul, revela uma situação de estagnação no mercado do produto, que tem sido contornada mediante a consecução de elevados índices de produtividade. Observe-se que o atual preço mínimo corresponde a Cr$ 53,80/kg e os dois possíveis preços de compra do IRGA, a Cr$ 59,20/kg e Cr$ 64,55/kg, respectivamente.

Espera-se, também, uma reação dos preços, quando as estimativas da quebra forem divulgadas e se puder avaliar seu efeito sobre o abastecimento. Em diversas ocasiões, o governo federal recebeu críticas a sua política de comercialização, por efetuar importações de arroz consideradas extemporâneas. Atualmente, porém, comenta-se que as compras ao exterior poderão ser inevitáveis, no segundo semestre, para complementar, de fato, a oferta interna. É possível que, até lá, os preços do produto se aqueçam, o que poderá acender a luz vermelha da preocupação com sua influência nos índices inflacionários.

FEIJÃO

Aguardam-se os resultados da safra da seca

Lavoura marcadamente destinada ao abastecimento do mercado interno, o feijão tem a característica de alternar períodos de escassez e de abundância. À semelhança de outros cultivos voltados para o consumo doméstico, como a mandioca e os hortigranjeiros, o feijoeiro só recentemente passou a merecer a atenção de organismos oficiais de pesquisa fitogenética, que poderiam, de há muito, ter desenvolvido variedades mais resistentes. Do mesmo modo, medidas de caráter econômico para o incentivo ao plantio e o amparo ao produtor não datam de muito tempo.

Como já observado em **Agroanalysis** (vol. 1, nº 15) o cultivo do feijão no país arca, ainda hoje, com o ônus da marginalidade por que passou durante um longo período. O Quadro 1 apresenta a posição relativa do feijão entre as lavouras brasileiras, no que diz respeito aos recursos a elas destinados na área da pesquisa e às publicações específicas sobre cada lavoura. Observe-se que a melhora na situação do produto ocorre após a criação da Embrapa.

Evidentemente, não só no campo estritamente agronômico estão as dificuldades. Tendo seu mercado limi-

QUADRO 1

BRASIL: Investimento em Pesquisa Agrícola por Produto — 1927/29 a 1978/80
*(Em Unidades Anuais de Pesquisa *)*

Produtos de Exportação	1927/29	1930/39	1940/49	1950/59	1960/69	1970/77	1978/80
Café	3,60	1,79	3,34	6,21	7,66	26,84	32,6
Algodão	1,48	1,85	1,41	1,77	4,26	2,92	18,9
Cítricos	0,30	1,58	2,88	1,80	2,70	3,38	13,4
Cana-de-açúcar	1,61	3,08	1,98	3,26	4,23	6,27	82,4
Amendoim	—	0,05	0,14	0,43	0,99	1,42	2,9
Óleo de Mamona	0,17	0,20	0,45	0,50	0,40	0,56	0,6
Cacau	—	—	—	0,15	0,45	5,06	50,6
Borracha	—	—	—	—	—	—	17,8
Soja	0,23	0,35	0,28	0,83	1,73	16,30	35,3
Produtos Domésticos							
Batata	0,43	0,39	1,33	1,32	2,08	0,98	3,7
Milho	0,11	0,77	1,05	1,70	2,65	5,08	33,4
Feijão	—	—	0,72	0,24	3,28	7,15	19,9
Tomate	0,31	0,14	1,27	1,18	1,88	3,34	4,6
Arroz	0,18	0,22	0,97	3,19	4,81	8,91	38,6
Mandioca	0,18	0,14	0,76	0,43	0,41	0,67	10,7
Trigo	1,25	0,05	0,76	0,81	0,92	13,97	16,2
Banana	—	0,45	0,35	0,30	0,60	1,63	2,0
Cebola	0,15	—	0,52	0,47	0,61	1,46	4,6
Horticultura	—	0,06	1,02	0,68	2,17	3,56	5,2
Frutas Temperadas	0,16	1,10	1,25	1,05	2,55	4,38	5,5
Frutas Tropicais	—	0,65	1,00	1,50	2,00	3,31	4,9
Outros	2,00	1,40	4,80	3,90	6,95	11,98	15,5

* Relação estabelecida entre os gastos em publicações específicas e as referências, em publicações, a cada produto.
FONTE: *Observations on Brazilian Agricultural Research and Productivity* - Robert E. Evenson, Revista de Economia Rural, vol. 20, nº 3, jul/set-1982.

tado, por sua configuração de "bem inferior", não atraiu, senão muito recentemente, produtores mais capitalizados, que poderiam investir no seu cultivo para a obtenção de uma oferta mais regular.

Assim, a evolução cíclica da cultura prossegue, com a safra 1981/82 recuperando o volume da produção alcançada em 1977/78 e com um novo recuo em 1982/83. Destaque-se que a área de plantio da leguminosa tem aumentado, em média, nos últimos anos, mas a produtividade ainda é muito baixa (a safra das águas 1981/82 teve um rendimento físico médio de 605 kg/ha e, a da seca, de 409 kg/ha).

A safra das águas 1982/83 iniciou-se com a expectativa de que poderia superar a anterior, alcançando 1,58 milhão de t. No entanto, as fortes e prolongadas chuvas que se abateram sobre a região Sul e a estiagem no Sudeste, regiões responsáveis por 85% da safra, levaram a contínuas reavaliações do volume da safra. Estimou-se a extensão da área cultivada em pouco mais de 2,015 milhões de hectares (contra 2,428 milhões na safra das águas anterior, devendo-se a redução aos baixos preços, em 1982) e a produção foi reavaliada, pela CFP, primeiro para 1,27 milhão de t, depois para 1,063 milhão de t.

As últimas estimativas da primeira safra de feijão do ano ainda não foram divulgadas, mas fontes ligadas à agricultura, nos estados, avaliam a quebra da safra com tintas carregadas, possivelmente superior a 40% do resultado inicialmente esperado. Caso este percentual se confirme, teriam sido perdidas 630 mil t do produto, o equivalente a três meses de consumo. Isto reduziria a oferta da safra das águas a um nível abaixo de 1 milhão de t.

O comportamento dos preços do produto cotado em bolsas e os preços pagos aos produtores foram — e têm sido — bastante influenciados por mais esta frustração de colheita.

QUADRO 2

FEIJÃO PRETO — Evolução Nominal dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores — 1982 e 1983 — Cr$/60 kg

	1982											
Estados	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Paraná	2.896,38	3.038,60	3.177,00	3.176,00	3.488,10	4.084,60	4.208,97	4.257,31	4.218,88	4.253,77	4.334,83	4.465,28
Santa Catarina	3.519,67	3.447,67	3.488,63	3.545,33	4.165,89	4.389,37	4.454,50	4.439,21	4.453,60	4.521,33	5.500,25	6.702,50
Minas Gerais	3.755,00	4.233,33	4.116,67	3.750,00	3.739,58	4.396,66	4.569,58	4.538,75	4.309,38	4.135,00	3.659,58	4.654,17
Rio Grande do Sul	3.355,48	3.319,08	3.440,90	3.402,50	3.625,31	4.130,00	3.962,50	3.650,00	3.780,00	4.000,00	4.000,00	4.800,00

	1983		
	Janeiro	Fevereiro	Março*
Paraná	6.686,33	6.076,67	6.194,00
Santa Catarina	6.428,37	6.595,13	6.549,40
Minas Gerais	5.416,67	5.083,33	6.812,50
Rio Grande do Sul	6.553,12	6.013,12	6.200,00

* até o dia 10.
FONTE: Emater.

Através do Quadro 2 pode-se observar a evolução dos preços recebidos pelos produtores de feijão preto em quatro dos principais estados produtores. No caso do Paraná, maior produtor da safra das águas, é fácil ver como foi possível ao Estado constituir um estoque tão volumoso do produto. Com efeito, o preço mínimo oficial para a primeira safra de 1982, Cr$ 3.709,80/60 kg superava com boa margem os preços do mercado, o mesmo acontecendo com o da safra da seca, Cr$ 4.702,20. O atual preço mínimo, para a safra das águas, de Cr$ 6.905,25/60 kg, não manteve a mesma margem, não só por ser apenas 86% superior ao fixado para a safra das águas anterior, mas, basicamente, devido ao imediato reflexo das perdas da safra sobre as cotações.

Assim, se até março de 1982, o governo federal havia adquirido cerca de 400 mil t de feijão através de AGF's, este ano, no mesmo período, as aquisições totalizaram tão somente 200 mil t, majoritariamente de feijão preto.

Muito da safra 1982/83 não pôde ser comprado, porém, em virtude da baixa qualidade do produto colhido. Em Minas Gerais, por exemplo, maior produtor da safra da seca, 44% do feijão colhido até fevereiro apresentavam baixo padrão de qualidade. Justamente este fator foi o responsável pelas altas cotações atingidas pela variedade "Carioquinha" na Bolsa de Cereais de São Paulo, Cr$ 9.000,00/60 kg no início de março, contra Cr$ 6.400,00 um mês antes. O produto de baixa qualidade ("chuvado") predomina na colheita, sendo, talvez, 90% do feijão colhido. Grande parte deste produto situa-se abaixo dos padrões da CFP e é vendido, no interior de São Paulo, por preços até Cr$ 4.000,00/60 kg (Cr$ . . 5.500,00 a Cr$ 7.000,00 na Bolsa).

A alta derivada da redução da oferta esperada para este período também se fez sentir no varejo, ainda mais com o fim da campanha de preços especiais desenvolvida pelo governo federal. A Companhia de Financiamento da Produção tem procurado, porém, manter abastecidos sem problemas os mercados do Rio e de São Paulo, principalmente o primeiro, maior centro consumidor de feijão preto do país. Enquanto não entrar a safra da seca, porém, estará mais disponível no mercado o produto de pior qualidade, relativamente abundante.

O Quadro 3 apresenta o com-

QUADRO 3

*FEIJÃO PRETO: Evolução Real *dos Preços Médios no Varejo do Rio de Janeiro*
1980 a 1983 – Cr$/kg

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1980	211,42	202,94	190,42	180,11	169,32	159,95	156,23	146,13	138,78	128,93	119,89	113,20
1981	318,70	306,15	319,18	363,36	401,43	380,26	342,65	329,30	280,55	268,95	225,95	–
1982	208,96	202,14	195,40	173,00	182,15	167,61	121,49	98,78	94,41	86,74	78,91	66,21
1983	67,37	116,33	98,00									

FONTE: Emater.
* corrigidos pelo IGP, col. 2, de Conjuntura Econômica, para fevereiro de 1983.

portamento dos preços do feijão preto no varejo da cidade do Rio de Janeiro nos últimos três anos, corrigidos para o último mês de fevereiro. Pode-se ver a influência dos estoques governamentais na baixa relativa dos preços do grão. De fato, estão em queda sistemática desde meados de 1981. Mesmo assim, ainda não há indícios de recuperação acentuada do consumo, que declinou lentamente por vários anos, em razão das crises de abastecimento tão freqüentes. O salto dos preços de dezembro de 1980 para janeiro de 1981 não reflete necessariamente a realidade do mercado, uma vez que em 1980, quando houve uma forte escassez do produto, os preços eram tabelados.

A propósito, como deverá ficar o mercado do feijão, em 1983, após mais uma colheita frustrada? Aparentemente, pelo que se pode prever diante das informações disponíveis no momento, não haverá uma crise como as de anos recentes. Supondo-se que o consumo total do produto ao longo do ano seja o mesmo estimado para 1982 (há cálculos apontando para um número menor) isto é, cerca de 2,5 milhões de t, a safra da seca, atualmente em fase de colheita, mais os estoques do governo, deverão ser suficientes para o atendimento da demanda. Realmente, espera-se que a segunda safra proporcione uma oferta de quase 1,4 milhão de t, à qual se somariam as cerca de 400 mil t do estoque governamental. Ter-se-iam, então, aproximadamente 1,8 milhão de t para complementar a safra das águas e uma oferta total (safra das águas + safra da seca + estoque) pouco inferior a 2,750 milhões de t.

Prevalecendo este raciocínio otimista, de que a segunda safra conseguirá registrar o que dela se espera, não haverá maiores problemas. No entanto, quase a metade da produção desta safra origina-se do Nordeste, não se podendo avaliar os reflexos do clima sobre as lavouras. Na Bahia, por exemplo, na região de Irecê, já se desistiu da avaliação inicial, de que os 148 mil ha plantados gerariam 133 mil t de feijão. Embora ainda não se disponha de números definitivos, calcula-se que a produtividade média anteriormente aguardada de 840 kg/ha, poderá situar-se abaixo dos 500 kg/ha, resultando numa oferta semelhante à da fracassada safra 1981/82.

Verificando-se nova frustração, até um certo ponto, o estoque governamental poderá regular o mercado, se bem que a rápida reação dos preços à divulgação de uma quebra será inevitável. De qualquer forma, os atuais preços mínimos para a safra da seca são favoráveis à estabilização do mercado num patamar mais elevado (para o tipo 1, o preço mínimo, no Centro-Sul, é de Cr$ 9.391,80/60 kg; para o tipo 2, Cr$ 9.213,00; para o tipo 3, Cr$ 8.944,80; tipo 4, Cr$ 8.050,20 e tipo 5, Cr$ ..... 7.603,20), levando ao aumento dos estoques em mãos do governo federal. Esta situação já se vinha delineando há algum tempo, pois a obtenção de safras volumosas não conseguiu recuperar o nível do consumo, levando à formação de estoques elevados e ao conseqüente esfriamento do mercado, que determinou a redução do plantio da safra 1982/83. Aliás, esse comportamento de grande parte da população está a merecer maiores atenções, tendo em vista que, de um momento para o outro não se muda um hábito de consumo. Esse aspecto assume grande importância, quando se leva em conta que o feijão era um dos poucos alimentos com bom teor proteínico disponível para uma população marcadamente subalimentada.

MILHO

O preço mínimo deverá ser o principal referencial do mercado

No final de fevereiro, a CFP informava que a safra brasileira de milho 1981/82 foi de 22,932 milhões de t, obtidas a partir de uma área colhida da ordem de 13,382 milhões de ha. O rendimento médio verificado atingiu, portanto, apenas 1.714 kg/ha, registrando-se mais uma vez, grande defasagem entre a produtividade do Centro-Sul (2.120 kg/ha) e a do Norte-Nordeste (450 kg/ha). De fato, a porção setentrional do país foi, novamente, responsável por somente 6% da produção total do grão, conquanto tenha plantado 24% da área de cultivo do cereal.